

**Alexandre Teixeira Jorge**

**ANTECIPAÇÃO  
TRIBUTÁRIA  
SEM  
SUBSTITUIÇÃO  
NO ICMS**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Alexandre Teixeira Jorge

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patrícia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

J82a

Jorge, Alexandre Teixeira  
Antecipação tributária sem substituição no ICMS / Alexandre Teixeira  
Jorge. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
254 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 229-237.

ISBN 978-65-5510-097-6

1. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
(ICMS). 2. Federalismo fiscal. 3. Antecipação. 4. Direito tributário. 5. Cons-  
titucionalidade. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>1</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>5</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>1 O ICMS e o Federalismo Fiscal Brasileiro</b> .....	<b>13</b>
1.1 A discriminação de rendas tributárias na constituição federal de 1988.....	13
1.2 A unidade econômico-política do território nacional e seus reflexos em matéria tributária.....	15
1.3 O ICMS .....	17
1.3.1 A gênese do ICMS.....	17
1.3.2 As hipóteses de incidência do ICMS.....	20
1.3.3 O ICMS – circulação de mercadorias.....	21
1.3.4 O ICMS na Constituição Federal de 1988 .....	24
1.3.5 O ICMS na Lei Complementar nº 87/96 .....	27
<b>2 A antecipação tributária</b> .....	<b>33</b>
2.1 Espécies de antecipação tributária: substituição tributária “para frente” e antecipação tributária sem substituição.....	33
2.2 Histórico da antecipação tributária com substituição no Brasil .....	38
2.3 Histórico da antecipação tributária sem substituição no Brasil.....	51
2.4 Aplicação do regime de antecipação tributária sem substituição nos dias atuais .....	76
<b>3 O regime de antecipação tributária sem substituição no âmbito do ICMS</b> .....	<b>83</b>
3.1 A cobrança antecipada do ICMS em face do próprio contribuinte e os diversos regimes adotados pelos Estados.....	83

3.2 A adoção da antecipação tributária sem substituição acompanhada de medidas administrativas restritivas da atividade econômica do contribuinte.....	88
3.3 O alcance do artigo 150, §7º da Constituição Federal de 1988.....	109
3.4 A problemática em torno da reserva de lei complementar.....	134
3.5 Necessidade de observância de princípios constitucionais tributários gerais e específicos do ICMS.....	157
3.6 Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	167
3.7 Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	184
<b>4 A inconstitucionalidade da antecipação tributária sem substituição no âmbito do ICMS .....</b>	<b>197</b>
4.1 O artigo 150, §7º da Constituição Federal de 1988.....	197
4.1.1 Ausência de previsão da antecipação tributária sem substituição .....	197
4.1.2 A inaplicabilidade do artigo 37, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, para efeitos de antecipação tributária.....	200
4.2 A reserva de lei complementar para o trato da matéria.....	202
4.2.1 Existência de conflito de competência por via oblíqua entre os Estados .....	203
4.2.2 Regular limitação constitucional ao poder de tributar .....	206
4.2.3 Normas gerais em matéria de legislação tributária.....	207
4.2.4 Tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte .....	208
4.2.5 A questão da intertemporalidade .....	209
4.3 Princípio da legalidade tributária .....	212
4.4 Princípios da anterioridade de exercício e nonagesimal.....	214
4.5 Princípios da isonomia e da capacidade contributiva .....	215
4.6 Princípios da não discriminação tributária em razão da origem ou destino e da liberdade de tráfego .....	218
4.7 Princípios da não-cumulatividade, da neutralidade e da seletividade.....	220

<b>Considerações finais.....</b>	<b>223</b>
<b>Referências.....</b>	<b>229</b>
<b>Apêndice A – Legislações analisadas.....</b>	<b>239</b>